



Audiência Pública - Cota de Gênero, Violência Política de Gênero e Canais de Denúncia - Garanhuns/PE

>> Senhoras e senhores boa tarde! Daremos início à audiência pública sobre o tema: Cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia. Pedimos a todas as pessoas presentes que ocupem os seus lugares e solicitamos a gentileza de manterem os seus celulares no modo silencioso. Compõem a mesa de honra S. Exas. As Senhoras e os senhores: Presidente do TRE de Pernambuco, o Desembargador Adalberto de Oliveira Mello.

[Aplausos].

Desembargador eleitoral e ouvidor regional eleitoral Dr. Carlos Gil Rodrigues filho.

[Aplausos]

Desembargadora eleitoral e ouvidora da mulher Dra. Karina Aragão.

[Aplausos]

Prefeito da cidade de Garanhuns, Sivaldo albino.

[Aplausos]

Ouidora do Ministério Público de Pernambuco, Dra. Lizandra Lira de Carvalho.

[Aplausos]

Juiz eleitoral da 56a. Zona eleitoral de Garanhuns, Dra. Zélia Maria Pereira de Mello.

[Aplausos]

Juiz eleitoral da 92a. Zona eleitoral, Dr. Francisco Milton Araújo Júnior.

[Aplausos]

Promotor eleitoral da nonagesima segunda zona eleitoral Dr. Francisco Dirceu Barros.

[Aplausos]

Presidente da OAB subseção Garanhuns, doutor Giorgio Rodrigues Gonzales.

[Aplausos]

E Presidente da autarquia do ensino superior de Garanhuns, Dra. Adriana Carvalho.

[Aplausos]

Inicialmente, daremos alguns avisos importantes, para os quais, pedimos a atenção de todas e todos.

Para registro de presença contamos com a equipe de credenciamento na entrada do auditório, além de cartazes, com QR Code para leitura pelo celular. Além do QR Code para registro de presença, alguns outros em cartazes distribuídos no auditório contendo a programação do evento, a apresentação que será utilizada para melhor acompanhamento e visualização otimizada de gráficos e tabelas; o acesso aos relatórios que embasam os dados a serem apresentados; a inscrição para a exposição oral para as pessoas que ainda não fizeram. Lembrando que os pedidos



serão analisados pelo ouvidor, mediante o tempo disponível e, por fim, um QR Code para envio de elogios, sugestões ou reclamações sobre o evento.

O certificado de participação com a carga horária do evento será enviado por e-mail até o dia 10 de novembro. Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo canal oficial do TR Eno YouTube e ficará disponível após o evento. O link para registro da presença e recebimento do certificado de participação para quem acompanha a audiência on-line está disponível no canal. Neste momento, convidamos a assessora chefe da ouvidoria do TR E, Raíssa Rodrigues para considerações iniciais.

[Aplausos]

[Raíssa Rodrigues]: Boa tarde a todas as pessoas presentes. Esse evento foi idealizado pela ouvidoria do TR EPernambuco e tem por objetivo principal o diálogo com a sociedade, falar, assegurando o acesso a informações públicas e ouvir atentamente a manifestação de cada pessoa interessada em participar. Para conhecimento de todas e de todos, este projeto está fundamentado nos objetivos de desenvolvimento sustentável nº 5: Igualdade de gênero, notícia e nº 16: Paz, justiça e instituições eficazes da organização das Nações Unidas e nos marco desafios da Justiça Eleitoral estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, quais sejam: A garantia dos direitos fundamentais, o fortalecimento da relação inter institucional do Poder Judiciário com a sociedade e o enfrentamento aos ilícitos eleitorais. E, ainda, na Lei de Acesso à Informação, que completou 11 anos de vigência este ano e prevê as audiências públicas como mecanismo de participação e controle social, aspecto que destaca o compromisso do TRE de Pernambuco com a transparência e o combate à desinformação. Além disso, celebramos, em 4 de agosto último, os dois anos de vigência da lei nº 14.192/21, que estabeleceu normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher e alterou o código eleitoral, a lei dos partidos políticos e a lei das eleições para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais. Por fim, destacamos que este projeto foi iniciado no último mês de agosto, na cidade de Serra Talhada, com a primeira audiência realizada durante o agosto lilás, o mês dedicado a ações de conscientização para o fim da violência contra a mulher. Obrigada e um ótimo evento.

[Aplausos].

>> Para abertura do evento tem a palavra o Presidente do TRE, o Desembargador Adalberto de Oliveira Mello.

[Aplausos].

>> [Desembargador Adalberto de Oliveira Melo]:

Boa tarde a todos, a todas.

>> Auditório: Boa tarde.



>>[Desembargador]: É o mínimo que a gente pode fazer nesse instante. Sobre o tema eu quero cumprimentar a todos na pessoa do companheiro e idealizador da audiência pública, dessa audiência pública, Carlos Gil Rodrigues. Aparenta ser criança, mas, não é criança. Já tem 40 tAb ó, nunca ouvi isso. 40 tá bom. Mas... veio da cabeça dele o pensamento, do coração dele. Aí estamos... uma série de... para o combate, essa vida da gente é um eterno combate. Tanto que perdemos um grande Juiz e companheiro nosso, que vocês já sabem, não é? Então, é em nome dele que eu cumprimento a todos, a todos e a todas, que não sobra ninguém. Cumprimento os cumprimentos, os componentes da mesa nas pessoas da ouvidora de mulher do TRE Pernambuco, a Desembargadora eleitoral Karina Aragão e do ouvidor eleitoral, Desembargador eleitoral Carlos Gil Rodrigues filho. Peço licença a todas e a todos para dirigir, no cumprimento especial às mulheres presentes nesta audiência pública.

[Aplausos].

>> [Desembargador Presidente TRE]: Ato de inteligência, viu, parabéns! Garanhuns me parece que está atendendo o reclamos, vocês mulheres, está cheia de faculdades bem frequentadas e o resultado é esse, vamos falar de algo que todos, todas as Senhoras, os alunos das escolas aqui existentes, não é, estão é... preparados para entender o que vai ser dito aqui e agora. E é o seguinte, peço permissão para um cumprimento especial às mulheres presentes nesta audiência pública e agradecer essa presença, momentos como este ajudam a fortalecer uma luta não só das mulheres mas de toda a sociedade que é refletir sobre a ampliação da participação feminina nos espaços do poder. Gostaria de aproveitar este momento para homenagear todas as professoras e educadoras, graças ao esforço, tenacidade e sensibilidade delas, na nossa formação que estamos aqui hoje debatendo um tema tão importante para a sociedade. E, certamente, elas serão peças fundamentais para construirmos um ambiente mais inclusivo e acolhedor para as mulheres na vida pública. Elas, as professoras e educadoras merecem uma salva de palmas.

[Aplausos].

>> [Desembargador Presidente do TRE]: Mas não me contento ei só com isso, vamos dar uma demonstração de amor ao próximo, porque não um abraço aos que estão juntos de cada uma? Vamos?

[Risos].

É... é pra fazer barulho mesmo. A jornalista e ativista norte-americana Laura sentença era cunhou uma frase poderosa, disse ela: "A melhor maneira de cultivar a coragem em nossas filhas e outras jovens é pelo exemplo ", dado aqui agora, pelo exemplo.

" Se elas virem suas mães e outras mulheres em suas vidas indo em frente, apesar do medo, elas saberão que é possível ". Foi essa frase. É uma verdade, não é? Que é o retrato fiel. Em quem os filhos de vocês se espelham? Em vocês. No papai e na



mamãe. Aí eu digo mais, aqui. Eu tenho que ler tudo o que está escrito aqui, porque se eu não ler, Gilvan que é nosso assessor de imprensa não escreve mais.

[Risos].

Olhe! Gilvan está ali. Toda essa inteligência, essa beleza que vocês estão escutando de textos é dele, viu, Gilvan, parabéns, viu?

[Aplausos]

>> [Desembargador Presidente do TRE]: Vamos lá, a mensagem não podia ser mais direta, mas, a realidade, infelizmente, não nos favorece. Apesar de termos avançado, ainda somos muito carentes de lideranças, de referências femininas. Isso não se deve à ausência de líderes mulheres, mas, ao fato de não criarmos mecanismos para que estas lideranças cresçam e fruto fiquem.

[Tossindo].

Tem uma tosse aqui no meio e tem outra história pra vocês, viu?

Um dos termômetros dessa carência está na baixa participação feminina na política brasileira. Temos mais da metade do eleitorado formado por mulheres, mas, a participação delas nos cargos eletivos é muito pequena. As mulheres ocupam em torno de 15% das vagas do nosso parlamento e, aproximadamente, 13% dos cargos executivos. A violência política de gênero e a utilização de candidaturas femininas fictícias deve ter ouvido muito falar disso, inscritas apenas essas candidaturas são inscritas apenas para cumprir numericamente, a cota legal de 30% de candidaturas de gênero, são alguns fatores determinantes para esse índice tão baixo. Como podemos mudar esta realidade?

Não há resposta fácil, nem uma solução pronta.

Esta audiência pública sobre cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia se propõem a discutir meios que, certamente, nos ajudarão a enfrentar esse quadro sempre tendo como objetivo garantir a todas e todos condições equânimes de participação na vida pública. Muito me honra, me orgulha e me alegra estar hoje aqui. Como Presidente participando deste ato e vivenciando este momento estou convicto de que estamos aqui buscando construir um futuro mais igualitário para todas e todos. Agora eu vou fazer uma homenagem especial, entende, e que vai mostrar como vocês são privilegiados nas coisas que têm aqui na terra. Eu digo, sabe o quê? Eu digo que Santo Antônio, padroeira de Garanhuns, nos inspire na nossa jornada. Vamos aplaudir para Santo Antônio. Não é para mim não.

[Aplausos].

>> [Desembargador Presidente TRE]: Desejo então um excelente debate e, antes de agradecer pela atenção das Senhoras e dos senhores quero dar também um destaque de que não estamos sozinhos, não estamos desprotegidos, nós temos também armas e não são as armas de fogo não, nem armas brancas, são forças que estão mais além



do que essas armas, que vencem guerras e que protegem tanto o vocês pais como as crianças, filhas e filhos de vocês. É a invocação é o chamado para a nossa garantia e segurança do nosso soldado que Deus manda para a gente a toda hora atento para a nossa proteção. Aí eu termino o que falo fazendo uma oração, que vocês conhecem, simples, ninguém, eu acredito que não tem nem religião, católico ou protestante, é tudo uma situação única, só, que é.

[Tosse] a oração ao santo anjo. Aí eu peço que rezem comigo porque já estamos precisando convocá-lo. Santo anjo do senhor, meu zeloso e guardador, que a ti me confiou Piedade divina agora e sempre me rege, me guarde, me governe, me ilumine, amém! Muito obrigado.

[Aplausos].

[Mestre de cerimônia]: Dando continuidade, tem a palavra o ouvidor regional eleitoral, Dr. Carlos Gil Rodrigues filho.

[Doutor Carlos Gil Rodrigues filhos]: Boa tarde, uma vez nominados dos dos participantes da mesa, eu peço licença ao Presidente, doutor Adalberto de Oliveira Melo, um homem muito sábio que inclusive já presidiu o nosso Tribunal de Justiça de Pernambuco para cumprimentar a todas as pessoas, na pessoa da Presidente da AESGA, Dra. Adriana Carvalho e também do meu querido amigo, Dr. Jorge Wellington, Vice-Presidente da comissão nacional de prerrogativas da OAB, você é um orgulho para a cidade, para a região, para Pernambuco, George. Muito obrigado pelo seu trabalho!

[Aplausos].

Senhoras e senhores, é com satisfação que estamos reunidos para que possamos tratar de um assunto de uma matéria tão importante para a sociedade e, consequentemente, para a Justiça Eleitoral. E eu vou direto ao ponto, a violência, a violência contra a mulher, entre as inúmeras formas de se apresentar, ela também se faz no contexto eleitoral, quando se impõe condutas com o objetivo de excluir ou restringir atuações no campo político. Por meio da ouvidoria o TRE de Pernambuco já colocou à disposição não só dessas mulheres como de quem tiver notícias sobre violência política de gênero, canais de denúncia para o encaminhamento ao Ministério Público numa atuação conjunta no enfrentamento dessa violência política. Dra. Lizandra Carvalho aqui ao meu lado, poderá tecer alguns comentários acerca do termo de cooperação que temos firmado entre o Tribunal e o Ministério Público. Uma vez percebido, no decorrer do processo eleitoral, os indícios de fraude, não há como fugir do desdobramento que são as ações em que são denunciadas fraudes à cota de gênero. E são muitas as consequências jurídicas, embora é verdade, a quantidade de processos ainda é muito incipiente, o número é baixo, mas essa realidade, ela vai mudar. Tenho certeza que o fato de estarmos todos aqui reunidos, Tribunal, OAB,



Ministério Público, sociedade e partidos políticos, já representa o passo substancial nessa direção, nesse caminho de combate à estrutural violência política de gênero. Um dos processos de cota, apreciados pelo Tribunal, eles trazem as mais variadas situações, seja na forma econômica ou estrutural, e os indícios podem ser verificados de muitas formas. Os indícios, eu peço... que seja exposto no telão, por gentileza, muito obrigado. Os indícios podem ser verificados de muitas formas: Votação zerada ou pífia; ausência de atos de campanha, seja por rede social ou de forma presencial; inexistência de propaganda impressa; pedido de devoto para outro candidato, parentesco com outro candidato concorrente ao mesmo cargo; ausência de recebimento de recursos públicos pelo partido ou distribuição que prioriza as candidaturas masculinas em detrimento das femininas; ausência de movimentação de recursos na campanha; na prestação de contas ou prestação de contas zerada; menor ou nenhum tempo de propaganda conferido às candidatas mulheres, entre tantos outros indícios que temos. O tema é expressamente tratado na lei das eleições, a lei 9.504, em seu art. 10, parágrafo 3º. Desse esse dispositivo não deixa dúvidas de que a finalidade da lei é assegurar um patamar mínimo de candidaturas femininas numa busca pelo resgate da histórica deficiência da participação das mulheres na vida política do país. A Justiça Eleitoral estará a acompanhar a formação das chapas. Qualquer indício de fraude, acompanhado de outros elementos probatórios, poderá ensejar o reconhecimento de candidaturas femininas não sinceras, fictícias, as ditas laranjas. Então, trazer candidaturas sem que haja efetivamente um incentivo financeiro ou estrutural para o desenvolvimento dessas candidaturas, fazendo-se existir só para constar, tem feito com que chapas inteiras venham a ser cassadas, claro, claro, é importante frisar isso, desde que comprovada a fraude, mas em prejuízo, inclusive, de candidaturas que se fizeram de forma legítima, porque essas também poderão ser cassadas. Não é só no âmbito do nosso Tribunal que a jurisprudência vem se uniformizando, outros tribunais eleitorais vem sedimentando os seus entendimentos, assim como o Tribunal Superior Eleitoral, que é muito rigoroso com o assunto, muito rigoroso com o assunto. Então, por mais que, nessa ocasião, estejamos a fomentar uma ação afirmativa de incentivo à participação política das mulheres na, na política própria, há os casos em que elas, as próprias mulheres, compactuam com cenários fraudulentos. São hipóteses em que aceitam se candidatar, vislumbrando um benefício econômico ou uma vantagem indireta. O Tribunal está atento a essa coparticipação e tem trabalhado incansavelmente para que as providências recaiam sobre todos os envolvidos. A questão é essa: Inserir mulheres dentro de grupos indefesos autoriza a Justiça Eleitoral no intuito de promoção de um tratamento que as coloque em situação paritária em relação aos homens, sobretudo, na participação política. Eu concluo minha fala breve, dizendo que não se busca vantagem para certo gênero, se busca



igualdade de condições, paridade de armas, uma disputa igualitária. Por isso, hoje estamos aqui, principalmente, para ouvir, mas também para promover o tema, direcionar os partidos, os candidatos, as candidatas e assegurar que, a elas, será conferida muita atenção pelo Tribunal, de forma que essas mulheres, essas pessoas passem a ter rosto e identidade política, muito obrigado.

[Aplausos]

[Mestre de cerimônia]: Registramos e agradecemos também a presença de Dr. George Wellington, advogado criminalista, procurador nacional adjunto de defesa das prerrogativas que compõem a mesa de honra deste encontro. Convidamos, neste momento, Fanni Bernal, vereadora sem partido, representante da rede de fortalecimento LGBT do interior de Pernambuco, representante do MST agreste, coordenadora da ciranda popular, Diretora do departamento jurídico do grupo de capoeira regional ginga Brasil, advogada, mãe, feminista, antirracista e militante.

[Aplausos].

>> Boa tarde a todas as pessoas presentes, fiquei com o coração bemquentinho depois que escutei a palavra do Presidente do TRE, que lindo, a quem escreveu o discurso e a ele que interpretou tão bem! Fiquei até um pouco constrangida porque eu tenho certeza que as minhas palavras talvez não sejam tão bem é... trazidas, mas, foram feitas também de coração e com muito amor. E eu trago aqui porque, achei um tema superimportante quando a Raíssa trouxe esse convite, nós que estamos, pela primeira vez, representando Garanhuns, fomos eleitas é... pelo Partido dos Trabalhadores que, pela primeira vez, elegeu uma mulher, ou melhor, três mulheres para estarem ocupando essa cadeira numa, num mandato coletivo que represento, apesar de hoje estar sem partido, e achei muito importante poder vim trazer essa, essa... essa fala, porque o tema instiga muito. Vivemos em uma democracia e construímos muitas mudanças grandiosas, conquistamos espaços de poder, mas ainda assim, nós mulheres somos constantemente violentadas, silenciadas, ressarco usadas, maltratadas ainda quando estamos nesses espaços. Que em toda a história pertencem, pertenceram aos homens, historicamente, foram designados e esses espaços, eles delimitam não somente na ocupação, mas também, na tomada de decisões. Se estendem à possibilidade de impor as suas vontades, mesmo que isso vá de encontro a leis, a regulamentos, a normas estabelecidas anteriormente pelo coletivo ou mesmo pelos regulamentos feitos. Os homens não se calam, eles nos calam, nos Excelência am, e é por isso que é tão importante levantar sempre a voz. Ao longo desses mais de 3 anos que estão apresentando a mando ata... das mansa, vivo na pele diversos tipos de violências, de ataques. Enquanto mulheres que ocupam esses espaços políticos e de poder é... já vi, não apenas aqui, perseguições, constrangimentos, discursos falaciosos, o qual também foi, arrependo dei e repudio



veementemente, porque sei que vai vir não contra apenas à legislação mas a tudo que eu acredito. A violência política contra a mulher é muito mais do que leis, é muito mais do que um tema para essa audiência pública é uma realidade. E não apenas para nós que estamos ali, no parlamento, mas para cada mulher que está em um espaço de poder, seja Dra. Zélia ali, como juíza, seja Dra. Adriana como Presidente aqui da AESGA, uma Presidente do sindicato, a Dani Ubirajara, presidindo o Partido dos Trabalhadores, quando tem sua fala interrompida numa plenária, a gente sabe como é difícil ser mulher, como é difícil estar ocupando esse espaço. Segundo dados da ONU, mulheres, as mulheres, 82% delas, já foram violentadas em espaços políticos, por questões de violências psicológicas, 45% já sofreram ameaças, 25% sofreram violências físicas no espaço parlamentar, 20% assédio sexual, 40% das mulheres já afirmaram que a violência atrapalhou sua agenda Legislativa. A fonte é a agência da Câmara de notícia. A violência política de gênero nos impede de ocupar esses espaços de poder. Ela interrompe a trajetória da democracia, da representatividade que tanto lutamos para conquistar e nos põe em prova direitos humanos básicos, desestimula, desincentiva a participação da política, isso não é vitimismo, não é mi-mi-mi, isso é realidade.

Apesar de todos os obstáculos que encontramos, continuamos lutando porque acreditamos que essas ações injustas e misóginas não devem prosperar. Estamos ocupando esses espaços que nos foi dado, nos foi legitimado pelo povo, levantando a bandeira da representatividade feminina e popular no parlamento. Continuamos construindo esse trabalho coletivo pela mudança em Garanhuns, em Pernambuco, no Brasil, principalmente, porque acreditamos e, aí, é... me senti instigado a citar margarida Alves, quando ela foi questionada se ela não tinha medo das lutas e ela disse assim: O medo nós tem, mas não usa. E é isso. A gente, eu tenho medo, cada vez que foi para uma luta, cada vez que sento na tribuna para discutir, cada vez que sou atacada, cada vez que atacam, cada vez que estou discutindo, mas eu não posso usar esse medo, porque esse espaço que está sendo aberto é para que outras venham e não tenham medo de estar nesses espaços. E, por isso, que eu saúdo o TRE por essa iniciativa, essa audiência pública e que outras venham e que esses espaços sejam cada vez mais prósperos e que a gente possa estimular para que mais e mais mulheres estejam aqui representadas. Muito obrigada.

[Aplausos].

[Mestre de cerimônia]: Agradecemos as palavras de fun ni, convidamos nesse momento, Jorge Alves de Noronha, Presidente da rede conselho, formado em pedagogia com especialização em direitos humanos, Diretor Executivo da associação militância cores da resistência e um dos organizadores da parada da diversidade de Garanhuns.



[Aplausos].

>> Boa tarde a todas as pessoas presentes é... eu gostaria de me colocar nesse lugar enquanto uma pessoa LGBT em um município que não tem representação LGBT na política e também de me colocar enquanto uma pessoa LGBT que busca a representação de pessoas LGBTs no nosso município. Historicamente, nós estamos fora dos espaços de representatividade, mas não fora da sociedade. A sociedade é um espaço que nos cabe, é um espaço que nos cabe a duras penas, porque nós buscamos esse espaço a cada dia, buscamos nos firmar nos nossos trabalhos, buscamos nos firmar dentro dos nossos próprios lares, que muitas vezes são opressores para nós e buscamos nos firmar dentro dos espaços que legítimo islã sobre as nossas vidas. É... diversos desses espaços em que nós ocupamos, ainda timidamente, né, aqui em Pernambuco nós temos a representação da rosa Amorim, uma é... deputada estadual lésbica, temos a nível nacional algumas representações com destaque a Erika Hilton, no parlamento nacional, a Duda SIAb ert, também no parlamento nacional mas, esses nomes, eles acabam é... sendo muito poucos diante de tantas cadeiras que nós precisamos ainda ocupar. É... diante do que eu falei, não é, de todos os dados que eu trago que são dados possíveis de serem vistos em todos os espaços, porque como eu disse, nós estamos em todos os espaços, eu trago também a necessidade de nós nos colocarmos contra as violências é... que diariamente são esfera idas à comunidade LGBTQIA+, também dentro dos parlamentos, também se valendo da violência política de gênero, contra nós, LGBTQIA+, que dentro da sociedade não somos vistos é... com bons olhos, infelizmente, ainda. Porque ainda não ocupamos é, com afinco, os espaços que também são nossos de representatividade. Visando as eleições, do próximo ano, eu gostaria de fazer é... uma súplica a todas as pessoas que estão aqui hoje, gostaria que vocês pudessem analisar é... se no nosso município vocês encontram pessoas LGBTQIA+, se no dia a dia de vocês estão presentes as pessoas LGBTQIA+. Eu acredito que todo mundo tenha referências para o que eu estou dizendo agora, todo mundo conhece alguém LGBT próximo ou um pouco mais distante, mas alguém aqui conhece uma pessoa LGBTQIA+ que ocupe um espaço político dentro desse município ou dos municípios próximos?

Acredito que não. Porque eu não conheço. Eu lido com o público LGBTQIA+ há cerca de 5 anos, logo:. Logo após a minha saída da Universidade. Eu cheguei no movimento... e percebi... que nós percebíamos, nós... carecíamos... encampar nesse município uma luta pela representatividade, uma luta que busque nos colocar... em evidência, né? Que... que nos dê talvez um dia o direito de ocupar uma cadeira Legislativa, ou até uma cadeira... executiva nesse município para que... nós possamos colocar é... tudo o que nós temos é... para colocar para a sociedade. Só lembrando



também que uma pessoa LGBT em um espaço de representatividade ela não representa só pessoas LGBT, mas representamos também... todos os segmentos sociais e também somos representados e representadas pelas outras pessoas de todos os outros segmentos sociais. Então... é... diante disso eu gostaria de cobrar de todos os poderes públicos que nas eleições do próximo ano nós possamos ter a dignidade de... de encampar uma campanha eleitoral, seja em Garanhuns, seja nos municípios vizinhos, seja no estado de Pernambuco ou fora do estado de Pernambuco, com os mesmos direitos políticos de pessoas não LGBTs. Quando nós nos colocamos em um espaço como esse, nós sabemos que iremos enfrentar algumas dificuldades extras, não só durante uma campanha eleitoral mas também no pós campanha. Hoje nós temos, no Brasil, diversas é... representações é... institucionais, mulheres trans, mulheres lésbicas, homens gays, bissexuais, que estão nos parlamentos, mas que sofrem diariamente violência política de gênero e é contra isso que nós nos colocamos. Nós não queremos só acessar esses espaços, como acessamos bem pouquinho, mas nós também queremos ter dignidade para exercer os nossos mandatos nesses espaços. Queremos que a justiça nos assegure que nós estamos seguros e seguras também nesses lugares. Recentemente, a rosa Amorim, que é deputada estadual de Pernambuco e lésbica, ela sofreu ataques, ataques que também sofreram outras representações, com mais afincos é... sofre diariamente a vereadora trans de Niterói, no Rio de Janeiro, a Ben nenhum briol ué, ela tem diversas denúncias que não vão para frente, mas que nós precisamos que elas cheguem é... a criminosos que acometem, que dis ferem essas ameaças de cunho transfóbico e LGBTfóbico contra nós. Então eu desejo que nós tenhamos no próximo ano eleições muito seguras para nós que somos LGBTs, para todas as pessoas e desejo também que os nossos, que as nossas vozes possam kfour ar esses espaços. É isso.

[Aplausos].

[Mestre de cerimônia]: Agradecemos as palavras de Jorge Alves de Noronha. E dando continuidade, tem a palavra a Desembargadora eleitoral e ouvidora da mulher, Dra. Karina Aragão.

[Aplausos].

[Dra. Karina Aragão]: Obrigada, peço licença aqui ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do TRE para, em nome dele, fazer uma saudação especial a todas as mulheres que estão aqui presentes nesse momento de debate de um tema tão importante, tão caro que é a participação feminina na política. A luta pela igualdade de gênero na política, ela não é recente, não é, é fruto do trabalho intenso de mulheres que se dedicaram e se dedicam com afincos pelo direito de representatividade política. A primeira constituição que previu o voto feminino foi a de 1932, então a gente vem assim numa luta muito antiga, mas, sabemos que, embora é... nós sejamos 53% do



eleitorado, a maioria dos cargos de poderes, de poder e de decisão são ocupados pelo gênero masculino, são ocupados pelos homens, por quê? As mulheres são sempre dados um papel secundário, elas ficam sempre no segundo lugar de mando, né? Então, a gente precisa é... ter consciência de que o lugar é um jargão, né, que eu repito aqui, que o lugar da mulher é onde ela quiser. Então, a gente tem que ter essa consciência da luta pela igualdade. Temos é... conhecimento de que o maior obstáculo a que as mulheres tenham a participação mais efetiva na política é a violência política de gênero como é que ela acontece? Ela acontece é... não dando espaço ao debate, por meio de um assédio moral, quando sempre se refere à mulher em tom jocoso, tom de humilhação, pela violência física, pela violência psicológica, pelo assédio sexual. Então, a gente tem que combater essa violência. E como é a que gente pode combater, na atualidade? O TRE de Pernambuco, ele tem a ouvidoria da mulher como um canal especializado para o acolhimento, orientação e encaminhamentos de toda a denúncia de violência política de gênero. Então, por exemplo, não só a mulher candidata ela pode e deve... fazer essa denúncia, mas... uma amiga dela que reconheça nela uma vítima dessa violência, um amigo, um parente, um conhecido, uma conhecida que queira que a gente esteja realmente no país com igualdade de representatividade, né, então a gente não pode se calar diante dessa violência. A gente precisa denunciar! Precisa denunciar e a gente conta com canais para isso. A ouvidoria, ela tem toda a... a estrutura para receber a denúncia de vocês ou de quem tem interesse em fazê-lo, seja por meio de contato telefônico, de whatsapp, balcão virtual, via e-mail. A gente recebe essa denúncia. A gente acolhe, faz a escuta ativa, a gente orienta e também a gente encaminha para o Ministério Público, como o Desembargador ouvidor Carlos Gil, ele bem mencionou que o TRE firmou um protocolo de intenções junto ao Ministério Público, né, a Dra. Lizandra, promotora, ouvidora da mulher, do Ministério Público, com quem temos a honra de dividir essa, essa nobre mesa e esse diálogo, então a gente está é... intensificando nossas ações em políticas afirmativas para que a gente consiga fazer com que a mulher, cada vez mais, vá assumindo o papel dela de mando e de decisão onde ela quiser. Então, mulheres, juntas... juntas podemos formar uma sociedade mais democrática!

Por que é tão importante a participação da mulher?

Porque só a voz feminina vai poder é... idealizar políticas afirmativas com a... com o olhar voltado para a especificidade do gênero, né? Para... para facilitar ações é... políticas, governamentais na área de saúde, de educação, de empregabilidade e então só... só nós que sabemos a nossa dificuldade, toda a logística que a gente tem que fazer, por exemplo, para não estar em casa nesse momento. Tenho certeza de que a maioria de nós, que não está em casa, deixou um filho, deixou os parentes, deixou toda uma estrutura, teve que pedir ajuda a um vizinho, a um amigo, a quem quer que



seja para poder deixar a família acomodada e estar aqui neste debate. Então, a gente precisa, realmente, se unir e ter essa consciência. Então, fica aqui o nosso clamor para que ninguém mais se cale a violência política de gênero, não é, colocam mo-nos à disposição pelos nossos canais aqui projetados, né? Entre em contato e agradeço enormemente a presença de vocês nesse debate tão rico, tão valioso. Muito obrigada, tenham todos uma boa noite!

[Aplausos].

Devolvo a palavra ao cerimonial.

[Mestre de cerimônia]: Registramos e agradecemos a presença da Vice-Presidente da OAB seccional Garanhuns, Dra. Ieda Coelho.

[Aplausos].

Convidamos Magda Alves de Mello, vereadora de Garanhuns, eleita em 2020. Presidente da comissão dos direitos da mulher, da Câmara Municipal de Garanhuns. Presidente do diretório municipal do partido progressistas de Garanhuns. Curas o nono período de direito na Faculdade de Direito de Garanhuns e exerceu a função de registradora civil no Cartório de registro civil da segunda zona da Comarca de Garanhuns.

[Aplausos]

>> Exmo. Sr. Desembargador Adalberto Melo, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Exmo. Sr. Desembargador Carlos Gil Rodrigues filho, ouvidor regional eleitoral de Pernambuco; Exma. Sra. Desembargadora Karina Aragão, ouvidora da mulher do TRE Pernambuco; Exma. Sra. Magistrada Zélia Maria Pereira de Mello, Juíza da 56a. Zona eleitoral de Garanhuns, em seus nomes cumprimento todas as autoridades e representantes dos mais diversos segmentos da sociedade do agreste Meridional aqui presentes. Senhoras, senhores, boa tarde a todos e todas! Com alegria recebi o comunicado da realização desta audiência pública em nosso município, sobretudo, pelo tema que se aborda neste encontro. É fundamental que existam essas discussões, sobretudo, para que os futuros candidatos a vereadora e vereadores possam acompanhar as composições das chapas pelos diretórios dos partidos, uma vez que, em muitos casos, os eleitos não têm participação em possíveis problemas relacionados à pauta de gênero e à informação.

Fortalecida nessa audiência pública.

É fundamental para garantir aos futuros candidatos o conhecimento necessário para que erros não sejam cometidos pelos partidos políticos.

Também parabênizo o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco por trazer ao debate a violência política de gênero que mesmo esforçada acontece diariamente e prejudica o mandato de muitas mulheres.



Sejam nos parlamentos ou poderes executivos em todas as esferas tanto federal quanto estadual e também municipal.

Por fim, considero fundamental o debate quanto aos canais de denúncia que estamos vivenciando pois assim se garante o pleno exercício da cidadania.

Concluo registrando que momentos como este fortalecem a democracia e certamente ampliam a participação das minorias na política meu muito obrigada a todos e que Deus siga nos abençoando.

[Aplausos].

[Mestre de cerimônia]: Passamos a palavra agora para a Dra. Zélia, juíza eleitoral de Garanhuns.

[Aplausos].

>> [Dra. Zélia]: Primeiro boa tarde a todos! Queria abrir a minha palavra homenageando ao Desembargador Adalberto, não é, que foi nosso Presidente do TJ e, ao mesmo tempo, lembrar de uma vítima dessa violência política que é... e lembrar, não na esfera feminina mas, mais uma vez, não é... nos lembrarmos do nosso colega Paulo Torres que foi brutalmente assassinado agora e que... pedi a Deus, não é, a papai do céu o que guarde. Então, essa questão do gênero é uma... é uma questão que pega todas nós, pega toda a sociedade na verdade, né? Porque... porque eu sei que tem muitos homens que comungam conosco, basta ver a representatividade. Aqui nós somos poucas, inclusive na mesa mas... a dedicação de muitos homens, eu tive isso muito no meu caminho, eu tenho 26 anos de magistrada e 10 anos de advogada. Dizia aqui às nossas colegas do TRE, tem 20 anos, 22 anos já como juíza eleitoral, 26 de magistrada, 22 anos como juíza eleitoral, nessa, nesse meu ninho ... caminho de magistrada, eu passei 17 anos no setor criminal, na área final. Fui colega de Milton na 1ª Vara aqui de Garanhuns. Era juíza auxiliar, passei 17 anos sendo juíza auxiliar, nunca recebi uma ameaça da esfera criminal, mas, várias ameaças da esfera política, até bomba na minha casa ameaçaram colocar não só na minha como na dos meus filhos também. E que não diminui a minha vontade de trabalhar em nenhum momento, não é? Conte com a assessoria do TJ, conte com o pessoal do TRE, a assessoria do TRE e continuei o meu trabalho. Protegi os meus filhos, da maneira que eu podia proteger, mas toda essa questão, não é, é uma questão de estrutura da nossa sociedade, do colonialismo, do machismo, nada disso a gente pode acreditar que passou. Estamos sob a égide da, de uma... de uma... de uma constituição cidadã que nos trouxe avanço, mas, efetivamente, nós ainda caminhamos a passos lentos, principalmente, na questão de gênero, não é?

A passos muito lentos, é tudo com muita dificuldade, nós mulheres sabemos o quanto é difícil exercer o nosso trabalho, seja a esfera que for. Talvez para a magistratura, como juíza, eu não sei se com o temperamento que eu tenho, né? Talvez facilite a



minha... a minha, a minha estadia, não é, mas... ainda é difícil, certo? Eu, quando era mais nova, agora não, porque eu já estou me aposentando, já posso dizer que estou na terceira idade, e é uma boa idade, o pessoal diz, e eu acho também que é, porque a gente fica mais livre para dizer o que pensa, mas é... quando eu era mais nova, eu... eu exercendo a minha função, algumas pessoas, principalmente homens, chegavam junto de mim e fazia: Minha querida! Meu anjo! E eu dizia: Cidadão, eu não posso ser sua querida nem seu anjo, nem sua filha, nem sua irmã porque eu posso lhe prender a qualquer momento. Sua filha não lhe prenderia, seu anjo também não lhe prenderia, eu acho que o senhor está faltando com o respeito comigo. Teve um uma vez que me chamou de tia. Aí eu parei, parei a ouvida dele e disse: Agora o senhor vai sentar, porque o senhor vai, por favor, me dizer, o senhor vai ter que comprovar o nosso grau de parentesco, porque se o senhor não comprovar, é uma falta de respeito muito grande, porque eu nem sou tia nem sou Xuxa, não é? Nem sou professora, respeito a todas as professoras, mas o apelido pegou de tia, não é? Então nem sou professora sem sou Xuxa para ser sua tia, o senhor vai ter que provar senão vai estar promovendo, praticando um crime de desacato contra o meu cargo de juíza. Principalmente na questão de gênero.

Eu nunca vi ninguém chegar junto de um Juiz, de Milton e dizer: Meu anjo, meu querido! Meu tio! Não é? Mas, junto a gente chega e chega mesmo com toda a força e se a gente não frear na hora... o negócio complica. Mas, essa questão estrutural, né, que a gente vem, a gente votou em 1932, a gente teve o direito de voto. 62 foi a lei da mulher casada e a que gente passa a ter autorização... para gerir bens e trabalho. Veja como... veja em questão de histórico, em questão de história... é tudo muito recente o Brasil tem 500 anos, nem por isso a gente pode permitir, não é isso que eu estou dizendo, mas, historicamente, é tudo muito novo. Então, o machismo vem de cima para baixo junto com o colonialismo, não é? Certo? E tudo isso vem no desenvolvimento lento para nós do gênero. E a gente foi criado, a gente foi moldada para ser dona de casa, para ser mãe com muita poesia, com muito anjo, com muita querida, tudo isso na nossa cabeça e a gente tem que se desligar. Quando eu era advogada, eu fazia direito público, acho que a minha filha me copiou, porque eu também fazia direito público e, eu me lembro que um dos primeiros cursos que eu fiz, eu não me lembro aonde, eu acho que eu trabalhava na Prefeitura de Camaragibe, foi o meu primeiro emprego como advogada. Foi como procuradora de Camaragibe. E lá, ligada a eles, eu fiz um curso, em Recife, do gênero, sobre mulheres no setor de poder, isso há 36 anos atrás. Mulheres no setor de poder. Então, a gente vem criando um caminho há muito tempo. A gente vem trilhando esse caminho, a gente vem lutando há muito tempo. Não é? A coisa melhorou? Melhorou. Eu posso sentir que melhorou. Eu estou atuando na vara de família, eu sinto que os homens vem



melhorando no sentido de se colocar como cidadãos, cidadãos no sentido de que pode ajudar a mulher em casa, não é vergonhoso fazer uma faxina, não é vergonhoso limpar, não é verem vergonhoso dividir, todos os homens e os Ramos de uma vida como nós sempre fizemos. Nós como a nossa, a nossa ouvidora estava dizendo, não é, nós nos preocupamos se podemos e como é que nós podemos ir para o seminário, deixando os afazeres de casa, quem tem filho pequeno, deixando os filhos. Eu tenho mulheres que trabalham comigo, que são novas e que estão ali gesto ando, estão gerando, estão tendo os seus meninos, estão criando e é uma dificuldade tremenda. Leva na escola, Dra., dá licença eu vou ali levar na escola. Mas eu tenho homens também que estão nesse mesmo barco, nesse mesmo ritmo. Ou seja, talvez seja um divisor de água, a constituição de 88, com certeza é, a constituição cidadã é um divisor de água. A nossa conduta talvez esteja caminhando para esse divisor de água, para efetivarmos as conquistas da nossa constituição cidadã. Então, eu acredito que homens e mulheres nesse país, não é, eles passam a receber uma nova, uma nova metodologia, uma nova, uma nova forma de vida, que é vivermos em comunidade e repartirmos todo o pão. Repartirmos todo o trabalho. Alcançarmos todos os espaços. Eu estou no setor público, eu acho que desde sempre, né? Porque antes de ser advogada, eu fui também é... eu trabalhei como servidora da Prefeitura de Recife, então eu sempre estive ligada ao setor público. Eu nunca, já trabalhei em setor privado, trabalhei no Bradesco, comecei a minha vida no Bradesco, trabalhei na Ericsson do Brasil, depois passei para o setor público e não me desliguei mais, acho que foi moldada para o setor público e o que me dá muita honra porque, muita gente diz: Não trabalha não. Trabalhamos demais. Não tem esse negócio, TRE se trabalha demais, TJ se trabalha demais, nunca trabalhei pouco e... e tenho a honra de dizer que gosto de trabalhar. Gosto e eu não sei como é que eu vou me aposentar, eu estou pensando já... já estou planejando fazer zoada nessa cidade porque, não é, aqui que eu cheguei aqui eu fiquei, aqui eu formei, aqui eu solidifiquei minha família, minha casa. Já são 26 anos na região, eu acredito que não volto mais não, viu? Desembargador, eu tenho minhas filhas em Olinda e visito sempre, mas, eu acho que é por aqui que eu fico e é por aqui que eu vou para papai do céu. Mas ainda vou fazer muita zoada nessa cidade, é o que eu pretendo. Pretendo que Deus me permita que eu possa bem muito eu olho para as carinhas, eu acho que eu conheço todo mundo, dá essa sensação porque eu tenho uma memória fotográfica boa. Antigamente os presos chegavam eu fazia: Eu conheço o senhor de onde? Aí me lembrava, digo: Zélia não faz isso, tu vai ser uma rebordosa com esse negócio de conhecer preso. Aí eu parei. O bom senso chega, de vez em quando o bom senso chega em mim e diz: O freia. Aí eu freio. Mas, essa questão de gênero, gente, a gente brinca assim porque diminui, né, a seriedade da questão porque, realmente, para nós mulheres pega é



muito séria. Nós procuramos, às vezes, espaço e... e chega o limite que até ali a gente vai e passa dali a gente não vai mais porque o lugar é masculino, isso dá uma dor na alma muito grande. Eu sei que para todas, independente de idade, essa vontade de ascender, essa vontade da conquista é igual ao que bate no homem, certo? Se o homem tem a vontade de conquista, nós temos também. Porque somos seres, acredito, que iguais.

Certo? Se a gente tem mais alguma sensibilidade, o que for, não é?

É uma questão da biologia, mas... não me explicaram direito. Eu acredito que tenha alguma sensibilidade, muita sensibilidade, mas ela não mexe com o meu potencial de trabalho. De jeito nenhum. Na hora que eu trabalho é a razão. Na hora que eu trabalho não tem. Agora a gente de vez em quando olha para as carinhas e usa a sensibilidade também não é doutor? É impossível não usar a sensibilidade quando o fato nos pede, nos exige. Talvez, o diferencial grande seja isso, né? Porque na hora mesmo de o bicho está pegando a gente vem olha e diz: Tá bem, deixa eu ver. Tem outro caminho? Vamos ver qual é o caminho que melhor resolve isso aqui. Hoje eu chegava para um casal, na vara de família, e estava difícil o negócio estava difícil. Eu estava contando a Milton e a Dirceu. Eu disse: Vocês, qual é o problema? Não estou entendendo o motivo? Eu vou sair desse... dessa, eu vou sair desse âmbito e vou tomar outro rumo. Qual é a sua religião. A moça olhou pra mim e disse: Eu sou evangélica. Eu digo: O senhor? Eu sou evangélico. Qual é a sua igreja?. Eu sou: Da assembleia de Deus. Eu acho, eu acho não, o Juiz é Juiz de todas as religiões de todas as pessoas, independente se alguém tem preconceito, engula o seu preconceito, guarde o seu preconceito mas na hora que a gente está atuando a gente é Juiz de todo mundo, essa é a grande verdade, independente do que seja, independente de que provo esse se, independente de que cor, de que raça ou o que for, né? Nós somos juízes e ponto. Essa semana eu botei num grupo nosso eu botei: Somos juízes e ponto. Eu sinto muito se alguns não nos aceitam ou não nos entendem na hora do nosso trabalho, mas nós somos juízes. Então, é... eu dizia: Qual é a sua igreja? É assembleia. É assembleia eu digo... mas é a mesma igreja aqui, com um barulho desse no meu ouvido? Quem é o seu pastor? Quem é seu pastor? R a gente agora vai ter que conversar com o pastor para a gente tentar ver se a gente dissolve essa contenda, porque a justiça não está conseguindo, sem motivo a gente não pode fazer nada. Mas, gente, é por aí. Então, essa questão, né, essa questão de decidir, essa questão de ter olhos para, não é, se é uma questão de mulheres, se é uma questão do gênero, não sei, talvez a biologia explique. Talvez a psicologia explique melhor, a psiquiatria, né? Até onde a nossa loucura enxerga, até onde a nossa loucura vai, mas, eu quero dizer a vocês que essa luta pelo gênero, gente, nem começou. Essa luta pelo gênero, ela vem se arrastando, mas... nós vamos conseguir. Pode ser que eu não alcance, pode



ser que eu não enxergue, pode ser que eu não esteja mais aqui, já esteja em outro plano, né? Pode ser que eu já esteja olhando de outro lado, já pode ser que eu já esteja, não sei quem é que acredita em reencarnação já esteja reencarnada, não sei, mas, de todo o jeito, a gente tem mesmo é que lutar. A bandeira não pode cair. Bandeira de luta nenhuma pode cair, não é? Então, essa também não.

É uma bandeira fixa, é uma bandeira que tem caminho, e é uma bandeira que eu espero que a juventude segure e que vocês sejam realmente alcançados, todos os espaços do poder, magistratura, Poder Judiciário, Poder Executivo, o Poder Legislativo e tantos outros que o setor privado também traga e que dê espaço ao feminino e a tantas outras LGBT seja lá, né, a... o que a gente possa querer de igualdade na nossa sociedade. Meu muito obrigada. Fico emocionada.

[Aplausos].

Fico emocionada com uma audiência dessa, realmente emociona.

[Aplausos]

[Mestre de cerimônia]: Agradecemos as palavras da Dra. Zélia e convidamos Fernanda limão, poeta, produtora cultural, professora e covereadora em Garanhuns.

[Aplausos].

>> Boa noite a todas e a todos! É... cumprimento toda a mesa. É um prazer estar aqui. Fico muito feliz com esse... com a ação desse tipo, com essa audiência. Esses espaços são muito importantes para a gente discutir esses temas e uma coisa me deixa muito feliz, uma massiva participação masculina, porque as mulheres já discutem bastante esses temas, é bom que os homens nos ouçam. Então, é um espaço muito importante mesmo para essa ouvida porque é o que a gente precisa. Meu nome é Fernanda limão, eu isto u aqui representando o coletivo rã uso ia Alves que é o núcleo da marcha mundial das mulheres, aqui em Garanhuns. Sou professora, poeta, produtora cultural, sou mãe também, feminista, interseccional e estou com a vereadora pelo mandato coletivo... das Manas e sou filiada ao partido das trabalhadoras e dos trabalhadores. Tem muita coisa para ser dita nesse momento. A gente se depara com a violência de gênero todos os dias em todos os lugares da hora que a gente acorda até a hora a que gente vai dormir. É muitas vezes exaustivo a gente falar sobre isso, mas não é de tão exaustivo quanto importante a gente falar. É... essa violência, ela tem nome que, muitas vezes é um... um nome que as pessoas não gostam de ouvir, geralmente os homens não gostam de ouvir, mas tem um nome, esse tipo de violência que é o machismo. Esse nome precisa ser dito, se não me engano, Dra. Zélia foi a primeira a falar essa palavra. E o machismo, ele mata todos os dias, não é o oposto do feminismo, o machismo mata todo dia. O meio político, ele é ocupado, majoritariamente, por homens, então eles se torna um espaço extremamente hostil, machista e violento para nós mulheres. Desde o espaço do partido político,



embora seja de esquerda ou direita a gente vai enfrentar o machismo dentro desse espaço político partidário também. Então, desde a nossa entrada, por exemplo, no mundo político através de um partido a gente já começa a sofrer esse tipo de coisa. Vou dar um exemplo, esse... essa minha fala traz muitos relatos. No nosso primeiro momento, em um partido, em uma das primeiras discussões a gente ouviu: Mas gente veio aqui para falar de política, não de machismo e feminismo. Ora, mas o machismo não entra na política? Deveria, deve estar, é política também. Frases muito fortes a gente ouviu, desde o espaço, da escolha do partido até o momento a que gente é eleita até a execução da nossa função como é... covereadoras. Frases fortes como: Vocês são mulheres e mulheres não podem errar. Então, vocês vão ter que ter o dobro do cuidado porque mulher, quando chega nesses espaços não pode errar porque a justificativa vai ser: Errou porque é mulher. Porque mulher não sabe fazer política. Então a mulher, como eu costumo dizer, ela já nasce errada. Toda a decisão que uma mulher tomar na vida dela, ela sempre vai estar errada. Se ela escolhe trabalhar é... estudar é... se dedicar a uma carreira ela está errada porque não quer se dedicar à família. Se ela escolhe se dedicar apenas à família não trabalhar, não estudar ela também está errada.

Então, dificilmente, uma mulher vai, as pessoas vão falar: Ela está certa. É... a gente sofre ataques desde a campanha da pré campanha... até... até o momento que a gente assume e que a gente está legislando. Então, a gente sofreu ataques do tipo, algumas coisas a pessoa acham engraçadas, mas na época da campanha a gente ouviu que a gente era muito feia, que a gente não ia ganhar, que nós éramos atrizes. Ainda bem a que gente não estava concorrendo a um concurso de miss, porque a gente não precisava ser bonita para isso nem nos importa se as pessoas acham a gente bonitas ou não, a gente estava concorrendo a um cargo de vereança. Mas até isso a gente ouviu. É... já eleitas, a gente recebeu ataques também de blogueiros da cidade é... escolheram fotos para fazer uma crítica, um ataque mesmo, na verdade, não era uma crítica, escolheram fotos nossas é... com o copo de cerveja na mão.

Para que isso? Para invalidar a nossa atuação e o nosso trabalho, porque nos momentos de lazer nada nos impede de tomar um copo de cerveja, uma garrafa, uma grade, mas... no nosso momento de trabalho não. E escolheram justamente essas fotos. Eu não bebo desde 2019, não faço uso de álcool, mas tinha uma foto minha de 2018, antes dessa tinham 50 fotos minhas só meu rosto mas o blogueiro escolheu uma foto de muitos anos para trás só porque tinha um copo de cerveja. Então notem o tipo de... não é nem simbólico, para mim isso é muito explícito, de invalidar o trabalho e a atuação de mulheres. Esse foi só mais um exemplo. É... mas, foi mencionado a que gente estava se arrumando melhor, que uma companheira que tem o cabelo crespo não estava mais andando com o cabelo arrepiado. Então aí a gente nota que



vem um discurso também racista, né? Dentro de tudo isso é... que a gente passa. A língua é um instrumento também de poder, né? E as pessoas usam isso, a gente sofre o preconceito linguístico, mas a gente sofre com machismo dentro do idioma também. E é muito bom para a gente ouvir, num dia como hoje, por exemplo, as pessoas se referirem a mulheres e a homens, porque a norma padrão do nosso idioma diz que se aqui tiverem 400 mulheres e 1 homem, a gente deve usar o masculino para cumprimentar, boa noite para todos. Se tiver apenas um homem no meio de 400 mulheres, isso é uma forma de opressão também. Porque pode, majoritariamente serem mulheres e eles falam que isso é o uso do pronome neutro porque o masculino representa mulheres e homens, mas não representa. É... e uma coisa, no uso da fala também é muito importante, a gente ouve o tempo inteiro dentro da política: Vocês têm que fazer isso! Vocês devem fazer isso!

Está vendo, não é assim que se faz!

Tinha que ser assim!

Então a gente é ensinada o tempo inteiro por mais a que gente saiba fazer uma coisa. Isso também tem nome é... a gente chama de menos planning, quando um vereador olha para a fun ni que está lá representando a mando ata e fala: Você sabe o que é uma mesa Diretora? Obviamente que todo mundo sabe o que é uma mesa Diretora, mas ele ainda assim explica: A mesa Diretora é o Presidente que é fulano que é não sei sem, não sei quem, não sei quem. O nome disso é man splen in mas não uma vez só, mas várias a gente passou por isso na Câmara Municipal de Garanhuns. A gente também não pode dissociar... é... eu estou fazendo toda uma contextualização porque a gente não pode dissociar também da violência a que gente sofre em casa, do machismo que a gente sofre em casa. As mulheres são majoritariamente, responsáveis pelo trabalho doméstico em 2023. Isso... isso é... soa... soa pra mim, muito: Assim, não sei o que eu posso dizer. Em 2023 a gente ainda é majoritariamente responsável pelos trabalhos domésticos, a gente faz uma pesquisa, básica na internet, o que... o que é ser uma mulher padrão, uma mulher do lar. E as mulheres respondem justamente isso, quantos se sua casa for sua empresa quantas ou quantos funcionários você teria dentro de casa para executar todo o serviço da casa? E de 20 respostas uma apenas foi de homem e 19 foram de mulheres falando que teriam no mínimo mais 2 pessoas para ajudar no serviço doméstico porque é um serviço que não acaba e é um serviço que a gente repete e que, geralmente, fica por conta das mulheres. Porque os homens estão cansados. Eles chegam do trabalho cansados. A gente não. A gente chega super disposta, né, assim com muita energia ainda para dar conta da casa, da educação dos filhos, da manutenção do lar, da administração do lar, da roupa, da comida, da... da limpeza e uma mulher só tem que dar geralmente conta disso tudo. Porque ela é a mulher da casa. O homem, ele é apenas o convidado. É... e



aí, isso... isso gera uma pergunta: Como a gente... chega ao espaço político com tantas atribuições? É... como é a que gente vai assegurar a participação de mulheres na política? Porque eu já ouvi em reuniões políticas: A minha mulher não veio hoje porque ela ficou fazendo o almoço. Então, tem que ter alguém para fazer o almoço para garantir que quando o homem chegue ele vai ter ali a sua comida pronta. Tudo isso perpassa, parece uma coisa assim, eu estou colocando muitos assuntos, mas tudo isso vai acabar incidindo na nossa decisão. Eu não tenho condições, por exemplo, eu vou falar assim: Eu não tenho condições de participar da vida política porque eu tenho um filho pequeno, porque tenho uma casa, porque eu estudo, porque eu trabalho. Além da política tenho outros afazeres. Então, se torna cada vez mais difícil a mulher ocupar esses espaços, então todo esse machismo que perpassa a casa... o serviço do lar... o que a gente se depara a violência, a hostilidade a gente se depara nos espaços de poder, isso vai afastando cada vez mais as mulheres e tirando mais elas desse espaço. Além de tudo o que a gente ouve.

Que é... teve uma fala, se não me engano, foi de Dra. Zélia também que fala... que fala... sobre isso.

A gente sempre tem um papel secundário a gente nunca é... a primeira a ser ouvida, nunca é a primeira a ser consultada, nunca é a primeira... a tomar uma decisão.

Geralmente, somos convidadas a participar de uma decisão. E quando a gente se impõe, são agressivas, são mal educadas, se a gente é firme, na nossa palavra, geralmente, é uma mulher descontrolada, desequilibrada e agressiva. Então, são muitos adjetivos que a gente ouve. Mas, o que pode ser feito?

O que pode mudar isso?

É... alguns conselhos, aconselham: Não interrompam as mulheres nas suas falas, ouçam, as mulheres também têm muito o que falar e geralmente são coisas extremamente importantes. Então, ouvir, não interromper, não assediar, como quando a gente pode estar em espaços de poder também, a gente escolhe mais mulheres para trabalhar. É... não assediar, não cometer man splein in, explicar para a mulher uma coisa que ela já sabe, fazer a sua parte no trabalho doméstico, essa fala é bem direcionada aos homens. Fazer a sua parte no trabalho domésticos, isso é muito importante e o último e mais importante conselho ouvir. Não ignorem, porque geralmente quando uma pessoa não ouve o que a gente está falando e interrompe, isso vem de não ouvir, não está sendo importante aquilo que você fala. E geralmente a gente fala uma coisa que, depois, vem um homem e repete, e ele leva os louros. Então, isso é um problema muito grave. Para encerrar... eu vou... eu vou recitar uma poesia que eu escrevi... é... na ocasião de uma das maiores demonstrações de violência de... de gênero na política, que foi a morte de Marielle Franco.



E ela dizia o seguinte: Não há como nos calar e quando uma de nós morre, muitas outras vão gritar. Não nos venham com censura, indecente... é a sua ditadura que nos tolhe lhe, nos engessa, inocente erra mas essa era há de chegar ao fim sem mordo aças, tarjas pretas, manchas roxas ou açoites, esse muro... há de cair e vão ouvir as nossas vozes, de choro, faremos reza, do nó na garganta faremos laços, elos, elas, unidas, nossa luta será vencida, pois se era para calar, gritos, se era para ser ausência, presente. Marielle.

>> Presente.

>> Marielle!

>> Presente.

>> Marielle presente!

Se era para ser fim recomeço. Uma voz mais forte ecoa em toda a parte! Ontem, hoje e sempre!

Muito obrigada.

[Aplausos].

[Mestre de cerimônia]: Agradecemos as palavras da Fernanda limão e dando continuidade tem a palavra a ouvidora do Ministério Público de Pernambuco, Dra. Lizandra lira de Carvalho.

[Aplausos].

>>[Maria Lizandra de Carvalho]: Inicialmente gostaria de renovar as saudações à mesa, o que faço na presença e na pessoa do Presidente do TRE, Desembargador Adalberto Oliveira de Melo. Boa noite às Senhoras, boa noite aos senhores, inicialmente, registro que é uma alegria estar aqui em Garanhuns, nesta noite, principalmente por estarmos discutindo um tema tão relevante, relevante para nós mulheres e também relevante para os homens principalmente para aqueles que se mostram sensíveis ao tema e a essa problemática. Parabenizo na ocasião o Desembargador ouvidor Carlos Gil, pela iniciativa de promover estas audiências públicas. Nós já estivemos em Serra Talhada, em Palmares, e esta noite aqui em Garanhuns e acredito que ele dará continuidade juntamente com a ouvidora da mulher, a Desembargadora Karina e sempre que possível nós, do Ministério Público também nos faremos presentes. Agradeço o convite e gostaria de tecer algumas considerações sobre a violência política de gênero. Trouxemos uma breve apresentação e pode ser que os senhores, as Senhoras se questionem o porquê de as ouvidorias estarem aqui nesta noite. Para aqueles que não têm ainda tanta familiaridade com o nosso trabalho, as ouvidorias são canais de comunicação de instituições com o cidadão. Então, a ouvidoria do TRE e a ouvidoria da mulher do TRE são esses canais de comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral. Assim como, eu estou aqui presente hoje, como ouvidora do Ministério Público de Pernambuco e sou



também ouvidora da mulher do Ministério Público de Pernambuco. Nesse sentido, é importante destacar que no ano de 2022, recebemos na ouvidoria do Ministério Público, 20.052 manifestações. E o que são essas manifestações? São elogios, são críticas, são sugestões e são também manifestações que se tratam de denúncias ou seja, de relatos que precisam de uma atuação do Ministério Público de Pernambuco. E dessas 20 mil e 52 manifestações, em 2022, 2899 tratavam de matérias eleitorais. Então é importante que estejamos aliados TRE, Ministério Público, porque quanto mais canais de comunicação entre a sociedade para conosco melhor. E justamente por conta disso, no último mês de agosto, foi celebrado um termo de cooperação entre o TRE e o Ministério público, o que legitima que determinadas denúncias que sejam encaminhadas à ouvidoria do TRE, sejam encaminhadas ao Ministério Público e chegando ao Ministério Público elas serão enviadas aos promotores com atuação eleitoral. Então, apesar de inicialmente passar pela ouvidoria, a destinação final serão os promotores eleitorais e em consequência também os juízes eleitorais. Acredito que o objetivo de todos e todas que estão aqui nesta mesa é que essa discussão, seja o momento inicial para que se possa prevenir impedir situações de violência política de gênero nem sempre isso será possível, haverá ainda algumas situações em que essa violência possa vir a acontecer e, por conta disso, é que eu gostaria de destacar que as próximas eleições municipais serão as primeiras eleições municipais que trarão o crime previsto no art. 326 B, do código eleitoral, que trata justamente da violência política de gênero. E o que é que seria isso na prática?

O legítimo adoro procurou contribuir, através do Direito Penal, para reprimir atos que venham a assediar, constranger, milhar, perseguir e ameaçar. Tanto candidatas a cargos eletivos quanto aquelas que já detenham o mandato eletivo. E qualquer uma dessas condutas de assediar, de constranger, de milhar podem vir a ser praticadas por qualquer meio, ou seja, de forma presencial, através da internet, através de redes sociais, através de cartas, por telefone, ou mesmo por gestos.

E tudo isso, sempre que essas condutas tenham por base o uso de menosprezo, de tentativa de discriminar as mulheres na sua condição de mulher como também em relação à raça, etnia, à sua origem, tudo para impedir ou dificultar tanto a candidatura... quanto o exercício do mandato eletivo. Então, observem, observe-se que o legislador procurou proteger tanto a candidata, a partir da formalização do registro, quanto aquela mulher que já é detentora de um mandato. E, mais que isso, procurou proteger ainda mais a mulher que tem mais de 60 anos, que é gestante ou que possui alguma deficiência, sendo então uma causa de aumento de pena para esse crime. Trouxemos também alguns exemplos de algumas situações que poderiam ser consideradas como violência política de gênero. Se pudermos passar para a próxima!



Então, por exemplo, ameaças através de palavras e gestos, uma interrupção constante da fala da candidata ou de uma vereadora, de uma deputada etc, procurar desqualificar, ou seja, indicar que esta mulher não possuiria competência para aquela função, para aquele mandato, violar a intimidade da mulher, divulgando fotos, e-mails, questões que tratam da vida pessoal, desviar recursos de candidaturas femininas para candidaturas masculinas; questionar a aparência física da mulher, no caso das mulheres que já detêm o mandato, não incluí-las em comissões, não incluí-las ou não possibilitar que estas venham a ser líderes de partidos ou mesmo skiluls de debates. Então, esses são alguns exemplos práticos. E para não cansá-los, eu trouxe ainda uma situação, que está no próximo... no próximo slide essa situação é um exemplo de uma manifestação que foi encaminhada por um cidadão à ouvidoria do Ministério Público, certo? Nós tiramos algumas informações para que não seja possível identificar cidade, identificar os envolvidos, mas este exemplo aí não é algo que nós construímos, foi algo que chegou e foi encaminhado para o promotor eleitoral da localidade. E dizia mais ou menos assim: O Prefeito, na eleição passada, junto com os vereadores, teriam cometido um crime, descumprido a legislação da cota de gênero. E diz ainda: Onde podemos observar candidatas com votação zerada ou ínfima; não realização de atos significativos de campanha; ausência de gastos eleitorais com publicidade ou falta de provas de que materiais gráficos de campanha foram efetivamente distribuídos à população. Além disso, as candidatas não pediram voto e não se lembram sequer do seu número de urna, o que denota a falta de interesse em sua própria campanha. E aí o cidadão, ou a cidadã, nós, ou a cidadã, nós não sabemos, colocou ainda: Convocar as candidatas para investigar. Questionar valores recebidos, como foi feito o convite para a campanha etc. Então, com isso, o que é que nós queremos deixar como mensagem?

Que Garanhuns, através dos seus cidadãos e de suas cidadãs possa estar atento a essas situações que possam contribuir para minorar, até o ponto de eliminar, a violência política de gênero e que, todo aquele que venha a tomar conhecimento de um possível crime de violência política de gênero possa procurar ou pessoalmente o Ministério Público local, através do promotor eleitoral e da promotora eleitoral ou fazer uso dos canais da ouvidoria, da ouvidoria do TRE ou da ouvidoria do Ministério Público. Sabendo que pode fazê-lo inclusive de forma anônima ou... ou pedindo sigilo. Então, o meu muito obrigado a todos e a todas e uma boa noite!

[Aplausos].

[Gostaria de passar agora a palavra para o meu colega, promotor eleitoral, Dr. Francisco Dirceu Barros.

[Aplausos].



[Francisco Dirceu barros]: Obrigado, boa noite a todas e a todos. Eu quero cumprimentar aqui o doutor Adalberto. Eu tive a honra de ser Procurador-Geral de justiça no período em que doutor Adalberto era Presidente do TJ em nome do qual eu cumprimento--

Eu cumprimento você... e... demais aqui, quero cumprimentar a Dra. Lizandra também, em nome da qual eu cumprimento as demais mulheres da mesa. É... uma intervenção muito rápida gente, eu queria só dizer o seguinte, eu estou... direito eleitoral há mais de 20 anos, e Ministro alguns cursos de direito eleitoral tem uma pergunta que sempre me fazem e agora eu vou responder pra vocês que... não sei se vocês estão, estão entendendo o que está acontecendo aqui. Quando o partido ou a coligação descumpre a cota de gênero, a sanção, a penalidade é para o partido todo, ou seja, algumas cidades aqui de Pernambuco e do Brasil, foi indeferido todos os candidatos daquela coligação ou daquele partido. E o pessoal sempre faz essa pergunta: Dirceu, por que é que a Justiça Eleitoral ficou tão agressiva?

A pergunta é essa. Eu vou contextualizar melhor, quando vocês, quando o candidato faz o pedido de registro, nós analisamos o registro individualmente, porque a inelegibilidade e a condição de elegibilidade, ela é pessoal. Se observo candidato a Prefeito ou a vereador ou a Deputado for inelegível só ele será penalizado. Mas quando se trata de fraude à cota de gênero, se o partido indicar 17 candidatos aqui como é o caso de Garanhuns, é... e houver fraude à cota de gênero, os 17 candidatos terão o registro indeferido. E a pergunta é: Por que a Justiça Eleitoral se tornou tão agressiva?

Isso não tem nada a ver com agressividade, gente, a Fernanda, Fernanda saiu? Ela fez uma pergunta ali, eu vou responder duas perguntas dela. Ela falou: Muito bom ter homens aqui, mas é bom ter homens mesmo porque essa causa não é só das mulheres, é dos homens também. Está certo. E mais ainda, ela fala, ela falou na colocação dela, vou falar em machismo, não sei se é adequado, é machismo mesmo. Nós estamos tratando de machismo eleitoral. Uma coisa que acho que pouca gente sabe, é... mas, quem elaborou essa tese de, nós estamos falando fui eu e Dra. Alice Bianchini, lá da USP São Paulo com o Dr. Luiz Carlos Gomes que faleceu. Há mais de 15 anos nós escrevemos essa tese é... causa de registros trabalho dado geral e compulsória, uma forma eficaz de combater o machismo político eleitoral. E há 15 anos nós defendemos essa tese, ou seja, se não cumprir a cota de gênero, todo drAp tem que ser indeferido, drAp é documento de regularidade de atos partidários. Então, só para contextualizar e para vocês entenderem que não tem nada a ver, nenhuma relação com a agressividade da Justiça Eleitoral, é preciso vocês entenderem o contexto histórico em que essa tese foi lançada. Em 1996, é... há 27 anos atrás, havia uma, um movimento muito grande da doutrina eleitoral ao constatar a participação



ínfima da mulher no processo eleitoral. Isso há 27 anos atrás. Em 96, e em 97, veio a lei 9.504/97, que... que chamada lei das eleições, e no seu art. 10, parágrafo 3º, diz o seguinte que: O partido deverá indicar é... 30% para cada sexo. Deverá... ele fala é... deverá reservar. Em 1997, o artigo falava apenas que o partido deverá reservar. E aí o que aconteceu? De 97 até no ano de 2009, nada aconteceu em relação à participação política feminina. Nada, por quê?! Porque os políticos apenas reservo avam aquela, aquela vaga, mas não preenchiam, isso é machismo sim, Fernanda! É machismo eleitoral! Então, o que aconteceu? Eu, eu era promotor eleitoral passei 15 anos, voltei agora esse ano, sendo eleitoral, cidade pequena o partido tinha 10 vagas, eles indicavam 7 homens para concorrer e eu dizia: Cadê as outras três? Não isso aqui está reservado às mulheres, mas não procuraram. Então foi obrigado um novo momento, em 2009, para mudar a lei e tirar a palavra "reservar" e colocar lá para "preencherá". Olha só a nova redação é: O número de vagas resultantes das regras previstas nesse artigo, cada partido ou coligação preencherá no mínimo 30%... de cada sexo. A resolução do TSE, depois vem e tira a palavra sexo e fala agora de cada gênero. Só que tem um problema, mesmo com essa mudança, tirando a palavra reservar, de 97, e colocando a palavra preencherá, gente, houve uma alteração na lei para mudar só uma palavra, mas o significado era muito incisivo. Não é reservar para as mulheres, é preencher, mesmo assim, nós conseguimos detectar que havia várias formas do machismo eleitoral burlar a justiça legal. Não dá tempo para falar mas eles usavam percentual branco por renúncia, percentual branco por posterior substituição. Então tinha várias estratégias que eles estavam... é... percentual branco por votos irrisórios. Várias estratégias que o partido político estava preenchendo com o nome da mulher, mas efetivamente não estava mudando nada o cenário brasileiro em relação à participação é... feminina na política.

É tanto que em 2008 fizeram uma pesquisa e o Brasil, ele... ele ganhou a... a vergonhosa posição de é... 146a. Colocação, 146, a colocação do Brasil, em 192 países pesquisados, perdendo para Ruanda, que é primeiro lugar, 48%, Suécia, Finlândia, Argentina, Dinamarca. Ou seja, perdendo para quase todo mundo. Então, a questão não é de agressividade, é porque qual é a tese que a gente lançou? Ora se no registro o Juiz eleitoral notifica o candidato individualmente para alterar a foto dele, a foto, que está irregular, e se ele não atender aquela determinação do Juiz, o registro dele é indeferido, isso está na resolução no TSE, e quando a lei determina que é 30% e o partido burla? O Juiz, olha que não é nenhuma agressividade, o promotor está dando o parecer para que... para que o partido seja notificado, a coligação seja notificada, para corrigir aquela, aquela... aquela distorção na... na coligação dele e aí tem 72 horas para corrigir. Se ele não corrigir, assim como a foto do candidato, se ele não corrigir é indeferido o registro, toda, todo o demonstrativo de regularidade



partidária será indeferido. Ou seja, caia coligação toda. Eu queria, só para encerrar, eu me empolgo mas eu não tenho tempo, eu queria só citar uma frase de um político é... e não vou falar o nome do político, que fez um discurso emocionante, quando a gente fala aqui: A participo as das mulheres na política. Olha só esse discurso como é interessante. Esse político, ele simplesmente mandou as mulheres ficar dentro de casa, e vocês não... vocês... não entenderam. Olha como é bonito o discurso dele, ele fala assim: "Deixo... é bem legal, é bem, eloquente - deixo a outros a glória de arrastar rem para o turbilhão das paixões políticas a parte serena e Angélica do gênero humano ele começou bem... sociais e morais não me permitem erigir em regra que a história consigna como simples e ainda insignes exceções, pelo contrário, essa observação me persuade que a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política. Ademais, a mulher não diria ideal e perfeita mas, simplesmente, normal e típica, não é a que vai ao fórum, nem à praça pública, nem à assembleias políticas defender os seus direitos da coletividade, mas é a que fica no lar doméstico, exercendo as virtudes femininas, base da tranquilidade da família e, por consequência, da felicidade social ". Sabe quem fala isso? Deputado Pedro Américo, Câmara dos Deputados da sessão Legislativa de 27 de janeiro de 1891, 132 anos atrás. Dra. Zélia falou que nós conquistamos o direito de voto em 1932, só que tem um problema, em 1942, houve uma eleição, lá no Rio Grande do Norte, e a mulher conquistou o direito de voto, mas como ela foi candidata, a eleição foi anulada, em 1932, porque entenderam que ela foi contaminada porque uma mulher foi eleita. Só em 34, entrou na constituição.

Então, o discurso de 132 anos atrás, ele está bem atual, trata-se bem de machismo político que tenta excluir, a todo o custo, a participação feminina no processo eleitoral. Pelo menos, no meu quadrado, eu que sou promotor eleitoral aqui vou pegar a cidade de brejo ao, Paranatama, Jupi, juc atue, vou chamar para fazer uma reunião, eu e o Juiz eleitoral que vai assumir e vamos deixar bem claro: Ou se consertam ou terá consequências. Obrigado.

[Aplausos].

[Mestre de cerimônia]: Agradecemos as palavras do Dr. Dirceu. Convidamos, neste momento, Mariana ferro, 24 anos, natural de Garanhuns, bambp relata em psicologia pelo PE, graduando em Direito. Cantora, multi artista, cofundadora do coletivo minúcia Alves da marcha mundial das mulheres, secretária da juventude do PT Garanhuns, covereadora pelo PT do mandato coletivo das Manas.

[Aplausos].

>> Boa noite a todas e todos. Reforçar o que muitas pessoas trouxeram hoje aqui da importância desse momento estar acontecendo e queria começar a minha fala, falando um pouco sobre como eu comecei a estudar é... as questões de gênero, né? E de



feminismo, foi dentro da minha graduação em psicologia e, diante desse cenário a gente fundou o coletivo Hong use Alves que é o coletivo da marcha mundial mesmo das mulheres. Tem em todos os lugares do mundo. E aí foi que eu comecei a estudar que nós não vivemos em um país igual, apesar de já perceber, na pele mesmo, por assédios e muitas coisas que a gente passa na vida política, é, eu comecei a entender que isso era muito mais grave e muito mais profundo. É... quando a gente inclusive fala da, das é... das cargas mentais que as mulheres têm para ocuparem os espaços, não é, porque... mesmo que a gente viva com companheiros que dividem o trabalho doméstico, fazem a sua parte, a sua contribuição, ainda assim, é a mulher que, antes de dormir, mesmo dormindo tarde, se preocupa se a roupa está lavada, se está passada, se a geladeira está limpa, se tem comida pronta no outro dia, se o menino já tem que ir para a escola. Então, a gente vive assim, 24 horas, como... como bem a companheira Fernanda limão trouxe. É um trabalho que nunca acaba. Então, por mais que a gente viva em algo muito igual, muito equitativo, ainda assim, nós temos uma carga que é invisibilizada. Porque o trabalho doméstico não é remunerado. Inclusive, eu falei sobre isso também no meu trabalho de conclusão de curso porque a gente está aí cheia de trabalhos que não são nomeados e, por isso, são svez blis ados. É... uma coisa que me motivou também a estar cada vez mais nos espaços políticos foi quando eu vi um homem, durante um ato, aqui em Garanhuns, onde a gente ia com a batucada feminista da marcha falar assim pra mim: Não, não precisa falar agora não é... porque quem vai falar aqui são os companheiros. O momento agora são das falas políticas. E ali eu percebi que ele estava claramente me dizendo que as mulheres não teriam falas políticas para contribuir com o ato. Então, nesse momento, eu me recusei a entregar o microfone para ele que eu estava cantando, e fiz uma fala. Para mostrar também que nós somos politizadas e que em muitos momentos quando as cotas são fraudadas, ou quando as mulheres assumem esse... esse espaço mais coadjuvante na política, não é porque a gente se coloca nesse lugar não, é porque esses espaços não foram pensados para nós. A gente está, o tempo todo, a serviço de uma sociedade extremamente estruturada no patriarcal, no patriarcado, onde a gente não pode ser vista nesses espaços. Um exemplo disso é que o Senado, Câmara Federal, até um dia desse não tinha banheiro feminino.

Então, a gente, literalmente, está tentando engatinhar em espaços que disseram para nós que não eram possíveis. Eu lembro inclusive de uma reunião de partido que eu estava com as companheiras e que já era quase meia-noite a gente não conseguia terminar, só que tinha um filho de Fernanda com um ano que ela teve que levar para a reunião, porque ela tinha que estar com o filho dela. E a filha e a companheira falando que estava ligando, assim: Eu preciso dormir eu preciso de você comigo. Então até que ponto a gente está conseguindo fazer com que as mulheres, realmente, estejam



é... em espaços de construção partidária é... a gente viu, semana passada, até como foi falado aqui, é... um exemplo onde a companheira Danielle estava falando e, o cara teve espaço para falar, ele não foi interrompido durante a fala dele, homens falaram lê não interrompeu a fala dos homens. Mas, ele se sentiu no direito de dar um show, quando ela começou a falar porque não concordava com a fala dela. E ele não é obrigado a concordar com a fala dele, mas ele também não tinha esse direito de terra pela. Então a gente passa por isso, diariamente. Inclusive, dentro do nosso trabalho também. Quando uma vez, né? Aí eu entro também no ET rissem, por ser uma mulher jovem, um vereador falou pra mim: Se informe melhor eu acho bom você pesquisar melhor, você não sabe o que está falando, eu não falei isso é... sempre numa tentativa de deslegitimar a nossa competência, a nossa inteligência e os nossos estudos.

Então, isso eu também aprendi muito dentro do rap, que é o movimento que eu construo enquanto primeira mulher rapper de Garanhuns, que a gente não pode se calar e a gente precisa sim estar nesses espaços por mais que sejamos poucas. Porque a gente está abrindo portas para que outras venham depois de nós. E até como foi falado aqui também pela mesa, nossa legislação ela está começando a se inovar agora porque ainda é muito novo, gente, menos de 100 anos para o voto das mulheres, para uma pequena participação. Mesmo nós sendo, sendo a maioria de votos que a gente tem hoje na política quando a gente vai votar não consegue eleger as mulheres, então tem alguma coisa errada aí. Nós sabemos que coisas erradas são essas, então... para falar, né, para terminar, eu gostaria de dizer que, infelizmente, nós não vivemos em espaços que foram pensados para nós. E precisamos quebrar isso com a nossa presença mesmo com a nossa atuação. Eu lembro até que você falou sobre a sensibilidade que a gente tem, né? E a gente tem mesmo e... e não é nem tanto biologicamente, mas ela é psicologicamente, socialmente construída, não é? Porque desde, desde a infância a gente escuta: Não fica com a perna assim! Não usa roupa assado! Você tem que ser calma! Você tem que ser equilibrada! Você tem que ter o jeito de falar! Você tem que ter uma doçura! Não é? E para os homens é sempre: Não chore, porque chorar é demonstra fraqueza, você precisa sempre ser imponente, mostrar com toda a sua dureza o quanto você é homem, o quanto você é macho. Então isso está estruturado no que a gente vive e o nosso papel também é desconstruir esse machismo arraigado que está matando a gente.

Que mata mulheres todos os dias e que também está matando a existência de muitos homens que têm que fingir essa masculinidade tóxica e horrível que a gente vê todos os dias e que muito tem nos ferido. E gostaria de concluir, agora, apenas com um pequeno trecho de uma poesia que foi trazida aqui para vocês, do qual eu tive grande honra de musicar e fazer o samba que é a letra 14 de março da companheira Fernanda limão e dizer que nós seguiremos em marcha para que todas sejam livres.



>> Não há, não há como nos calar... e quando uma de nós morre, muitas outras vão gritar...

Não nos venham com censura...

Indecente é a sua ditadura...

Que nos tolhe, nos engessa inocente enterra mas essa era há de acabar... sem mordo aças, tarjas pretas manchas roxas ou açoites esse muro há de despencar...

Pois se era para calar...

Grito...

Se era para ser ausência...

Presente...

Se era para ser fim...

Recomeço...

Se era para temer...

Valente...

Do choro nós faremos reza...

Do nó na garganta...

Faremos laços...

Elos, elas unidas...

Nossa luta será vencida...

Uma voz mais forte ecoa em toda parte...

Ontem, hoje e sempre...

[Aplausos].

Muito obrigada. Continuaremos nesse espaço até que sejamos muitas. Eu sonho muito com uma Câmara e com todos os espaços de poder tenham muitas mulheres, muitas mulheres jovens e muitas mulheres LGBTs porque como o Jorge até falou somos poucas mas acho que sou a única pessoa LGBT que tem lá mas a gente vai avançar. Muito obrigada.

[Aplausos]

[Mestre de cerimônia]: Agradecemos as palavras de Maria ferro. Convidamos Paulo Roberto Tenório de Oliveira, integrante do movimento de lutas por políticas públicas formado em gestão pública pela Universidade Luterana ULBRA, filiado à rede sustentabilidade Garanhuns e membro da comissão provisória executiva.

[Aplausos].

>> Boa noite a todas e a todos! Quero, em nome da mesa, do Desembargador, Dr. Alberto, quero cumprimentar a todos os homens aqui, em nome da vereadora fun ni, vereadora Magda e as covereadoras Fernanda e a... Marília, quero cumprimentar a todas as mulheres. Desculpe aqui eu... bem, gente, eu quero... começar um momento ímpar que são as audiências públicas. Eu quero pegar uma palavra da mesa,



Desembargadora, para nós fazer muita zoadá, fazer muito debate. Acho que o debate, ele está muito superficial aqui. A gente precisa aprofundar e ter, dizer, realmente como somos machistas em termos de partidos políticos, em termos de sociedade. Porque, muitas das vezes, nós, homens, nos envergonhamos em pedir desculpas quando erramos. E isso não fere. Agora, a gente precisa entender que a nossa sociedade, realmente, é muito machista e precisamos termos como o Desembargador falou aqui, a gente precisa, tem que precisar energias do universo não só agora mas para o mundo inteiro, para a gente tentar começar a mudar não só a sociedade, mas também termos um olhar para a mãe terra. Então, apesar de todas as falas aqui, disso mesmo, após a conquista do sufrágio feminino, as mulheres não deixaram de ser minorias nos pleitos eleitorais. Evidenciou-se que há obstáculos que impedem a inserção satisfatória das mulheres na política formal. Um desses empecilhos é a violência política de gênero, a qual pode se manifestar de forma institucional, sendo perpetrada pelos partidos políticos. Ora, gente, é... eu mesmo já tive vários, essa questão de gênero nas discussões das políticas públicas. Eu vou contar dois relatos aqui. Para a gente aprofundar o debate. Às vezes, nós, como muitos partidos políticos, a gente gosta de pedir transparência, mas, nós não somos transparentes. Os partidos políticos não são transparentes. A começar de, da nacional para a estadual e municipal. Nós não temos esse debate. Vou dizer porque. Quando se fala no recurso eleitoral e no recurso partidário, vocês já se perguntaram quantas formações políticas os partidos fizeram a esse tempo todo? Com a sua militância? Para tratar justamente de, dessa política?

Eu sou testemunha, não estou vendo essa da nacional para a federal. E outra coisa, depois que começaram essa questão: Não vamos fazer live vamos fazer audiência pública através de... olha, audiência pública que nem uma dessa que a gente está sentindo as falas, a gente está sentindo as pessoas. Vou contar outra questão. Participando de uma conferência, olhe bem, da política da mulher trabalhadoras rurais e urbanas e aí, eu gosto desse debate e entrei nessa audiência pública. Só tinha mulher, quando eu entrei, o segundo homem que teve na mesa. E aí a secretária do estado quando eu estava no meio ela chegou lá e me pediu para eu me retirar. Eu digo: Ué, por que eu vou me retirar? Isso aqui não é uma audiência pública? Aí eu disse: Olha, eu só saio se a senhora abrir o microfone para a senhora, eu fazer o questionamento e... e a senhora também ter o direito de debate. E aí as mulheres foi e disseram: Não, ele tem que ficar. Agora, pasmem vocês, coloquei uma proposta para mudar a legislação eleitoral, 50% para mulher, 50% para homens, mas, fomos vencidos, as mulheres não quiseram. Então, qual o problema? Mais sensibilidade, mais diálogo para que as mulheres entendam realmente a posição delas. E há outro questionamento aqui, se falou que as mulheres é minoria no Poder Judiciário, a gente



não viu tocar nesse lado. A gente sabe que as mulheres são minoria nos tribunais. E isso vem realmente esse entrave na sociedade. E olha que nós estamos falando aqui para pouca gente, um grupo seletivo, mas, quando é na época das eleições, na época das formações dos quadros políticos, a gente vê as próprias omissões das mulheres aceitar determinadas conchavos políticos. E como é a que gente tem esse controle? Seria bom, também, porque anteriormente eu alcancei ainda os partidos políticos mandarem as atas, mandarem seus seus relacionamentos. Hoje a gente só manda relação de filiado de 6 em 6 meses durante o ano não é Fittipaldi? Então isso existe um descontrole. Então, minha gente, é um... é um tema sério que nós homens precisam adentrar mais e nesse dia que a gente estava discutindo a política de gênero. E aí eu fiquei me perguntando: Vem cá, como é que se vocês vão discutir a política da mulher sem o gênero aqui? Essa política não vai dar... dar certo. Ainda hoje, ainda hoje a política de gênero e a política da mulher, ela caminha lentamente. Agora, essa parte dos partidos políticos, o Dr. Dirceu falou, realmente é cumprir a lei. Não tem, não tem como não cumprir. Não é agressividade não. Porque o que, o que mais falta nesse país é cumprimento de lei. O que é que diz a lei? Olha, me lembrei outra coisa aqui, eu não vou dizer o nome do partido, porque eu era filiado, mas, na distribuição da, do recurso eleitoral, aí tinha a cota de mulheres e também tinha que era uma mulher quilombola e ela receberia mais do que os homens e aí... no outro lado da linha estava uma mulher dizendo: Olha, Paulo, se você quiser, a gente pode igualar ou melhorar o seu repasse. Eu digo: Não, cumpra a lei! Agora, o grande problema de tudo isso é que tanto homens como mulheres, nesses lados, são os omissos nessas questões. A gente tem que repelir, na hora, no processo, a gente tem que falar a verdade. Isso são questionamentos que... que o que a promotora colocou aqui, aquilo ali é verdade. Não é... não é, não é missa de corpo presente não, o que ela colocou ali na mensagem. É isso que acontece. Então... 2024 esperamos que os partidos preencham, como o Dr. Dirceu falou e cumpra-se a lei. Eu gosto muito desse debate porque o que a gente tem que falar ou de... no contraditório dar o direito do debate é aqui. Quero, esqueci de cumprimentar a mesa, mas, em nome de Dr. Francisco Malta, que... que era Juiz lá de águas belas.

[Risos].

no tempo de muita, muito, eu digo assim de lapidação do processo eleitoral ali naquela região. Mas a gente conseguiu, não é, doutor? Então...

[Risos]

É, menino bom. E fazer um convite já que a senhora disse que vai fazer muita zoadinha, convidar para a senhora conhecer o movimento de lutas por políticas públicas, porque, na verdade, esse é o... a democracia sem audiência pública, sem conferência, sem ouvir o povo. Eu acredito que todas as leis que fossem ser feitas no legislativo primeiro



tem que ouvir o povo, porque muitas das vezes a gente, os legisladores fazem lei que bate no pé da gente quando a gente vem ver não dá para a gente conselhos consertar e dá um trabalho danado. Então eu quero encerrar as minhas palavras. Se disse alguma coisa me perdoe, mas... eu acredito que a gente só forma a sociedade no debate, na clareza porque... a gente, às vezes, fica na... numa superficialidade, achando que tudo está normal. Quando a gente parte para ali, saiu dali a gente já vê o dismantelo. Então, temos uma tarefa muito difícil, mas... a justiça está aqui, o processo está aqui e... e nós não devemos se omitir dessa, desse tema tão importante para a nossa sociedade. Muito obrigado e a menina já está dizendo aqui: Fim!

[Aplausos]

Obrigado, viu? Vou apanhar aqui...

[Mestre de cerimônia]: Agradecemos as palavras do Paulo Roberto. E convidamos Carla Miranda, psicóloga, artista e integrante da associação militância cores da resistência.

[Aplausos].

>> Ai meu Deus! Boa noite a todos! Primeiro, eu quero agradecer a oportunidade de acesso a esse evento que está fazendo essa troca e escuta com todos vocês, é muito importante a gente estar se escutando nas diversidades de ocupação, não só dos trabalhos que nós temos mas dos espaços em a que gente transita só para fazer um complemento a todas as falas eu quero pedir encarecidamente que diante dos esforços conjuntos aqui presentes, para ampliarmos a nossa conscientização pública e política, a gente faça cada um de nós aqui o exercício constante de autocrítica sensível, cooperativa e solidária diferença, diferença inclusive cultural e simbólica.

Nossos corpos apresentam diferenças que mudam ao longo das interações entre necessidades, interesses, desigualdades alienadoras, crescimentos coletivos, ambientes naturais e socialmente produzidos. Mas, a norma colonial institui que a riqueza da vida humana seja o destino sagrado de públicos uniformes como um dado natural. Só que a norma colonial não é um dado natural assim como o gênero também não é.

Nem, portanto, as políticas que construímos e desconstruímos para as necessidades sociais de dignidade humana comum e ambiental. A medicina só parou recentemente de classificar a dissidência transgênero, como um diagnóstico patológico, graças a grandes esforços comuns desse público atingido historicamente por uma sveuZ blis ação que nunca pediu nem jamais precisou. É naturalizado, pelas instituições, antes que se deem conta ou, às vezes, por esforço velado de poder de decisão política, que a figura do homem céus, heterossexual, monogâmico, dominador seja o rei da palavra e do poder, o único caminho e verdade insustentável. Nós sabemos a todo o instante, como isso não se sustenta sem devastação eco sistêmica. Há guerras históricas em



nome desse monopólio, destruindo riqueza dos modos de relação fértil entre a diversidade humana e a diversidade da terra. Afundando cidades, queimando aldeias, negligenciando escutas e suportes. A biologia e a psicologia que naturalizam o binarismo de gênero fazem com isso a suntuosa ação das necessidades já gritantes de públicos diferentes, servindo assim como disciplina de manutenção das opressões históricas. Mas, podemos fazer práticas de fato sensíveis às necessidades comuns e comuns que já são expressas com vozes, rostos e nomes próprios. Meu pedido aqui a nós todos, me incluindo, é que se a gente gosta de trabalhar em aliança com a diversidade humana e se queremos promover o enriquecimento socioambiental do nosso raio de ação, que a gente queira também visibilizar as nossas diferenças, não como campo de guerra ou alienação binarista, mas como um campo de solidariedade responsável e sustentável. Não como uma mera ajuda na louça, não como ativos dominadores, de benefício exclusivo e desvantagem alheia mas como responsabilidade social de assumirmos, nas pessoas do plural, as produções de vidas possíveis. Que a própria Constituição Federal já reconhece, por esforço realmente público. Reconhecemos também, sem fingir que nós somos todos responsáveis enquanto homens, mulheres, travestis, não binários, homossexuais, bissexuais, nas escolas, indígenas, brancos, negros em diáspora, rurais, urbanos, quilombolas, juro e mefiteiras, brancos, com ou sem deficiência, donas ou operárias de produção, a representatividade política só fica socialmente fértil e alargamento produtiva se todos nós assumirmos e retribuirmos as nossas responsabilidades de congregar as diferenças em cooperação mutuamente sustentável. Obrigada.

[Aplausos].

[Mestre de cerimônia]: Agradecemos as palavras de Carla. Na sequência, fará uso da palavra o ouvidor regional eleitoral, Dr. Carlos Gil filho. Desculpa... convidamos o senhor Cícero Quirino dos Santos, conhecido como Quirino do mago amado para a sua exposição oral.

>> Obrigado, viu? Desculpa a demora! Eu quero, neste momento, dizer que eu não sou obrigado a falar bonito nem saber de tudo se antes não me ensinaram. Quero parabenizar a mesa e colocar aqui uma proposta para o futuro. Uma sugestão para o futuro, que nas próximas audiências públicas, além de rádios, coloquem um carro de som que ande devagar nas comunidades, se tratando de audiência pública com pessoas que têm experiência em carros de som. Devagar para que todos entendam, escutem o que está divulgando, porque, muitas vezes, coloca-se um carro de som, ele passa voando feito um avião e você não pega a mensagem direito. E... dando continuidade, quero dizer, bom, isso eu já falei que é o falar bonito, né? Então, é... outra sugestão é que as audiências públicas comecem às 14 horas, por que isso? Por conta, eu, por exemplo, deslocamento, locomoção... uma vez, uma vez que os



coletivos, ônibus, no popular, está reduzido e aí seria às 14 horas início das audiências públicas. E outra sugestão, já está aqui presente vereadoras representando o legislativo e o Prefeito se encontra ali, S. Exa.: Que coloque, já que tem dificuldade à sociedade, parcela da sociedade de participar, que se coloque, discute isso no legislativo, que se faça audiência nos bairros, no futuro, se discuta no legislativo, nos bairros. Eu digo isso com muita propriedade porque eu tenho participado de alguns plenárias na Câmara de vereadores, tem alguém que me conhece aqui, e se vê lá no popular, falando, 4 gatos pingados, ok? 4 gatos pingados. Então, precisa mais divulgar na comunidade, como eu já disse, colocando as audiências públicas nos bairros. Tem as escolas públicas que podem reservar um espaço para que a comunidade participe. Isso é o meu ponto de vista. E é... tem um ato, infelizmente não vou generalizar, se for distribuir uma cesta-básica, enche, mas assim... há um provérbio que diz: Se dá a vara para pescar mas não o peixe, que torna-se um ciclo vicioso. Então, a comunidade tem que se politizar para participar, para, na hora do voto, saber decidir quem é quem. E para encerrar, eu... por conta de minha locomoção, dificuldade, hoje é devagar quase parando, depois muleta, S. Exa., Prefeito Sinval, me conheceu sem muleta, isso foi há cerca de 3 anos. Inclusive, eu não sei se devo falar, mas eu já devo, deve ficar sabendo mesmo tudo, eu fui voluntário na campanha se S. Exa. Me permite... voluntário. E respeito é quem, por acaso, se quer proibido pagar pelas legislações em vigor é proibido pagar, está certo? Para que se divulgue os candidatos, é proibido por lei. A mesa que representa o... o TRE, tem conhecimento disso. Proíbe, ok? E aí, para encerrar minhas palavras, mais uma vez, eu quero parabenizar essa audiência pública. Eu gostei muito, por acaso eu escutei a Dra. Ana Aragão, né? Catarina Aragão... Karina, ficou... rindo da gente, viu? Catarina Aragão... Ah, Karina. Karina Fragão, eu quero... eu quero parabenizar por coincidência, eu estava escutando a ronda policial. Sempre que posso, eu escuto e terminando, e ainda quero cumprimentar. Eu queria aqui, aos presentes, um voto de aplausos a gloriosa Polícia Militar de Pernambuco.

[Aplausos].

>> Isso porque, quero ainda dizer que alguém reclama da polícia, diz que a polícia não presta, mas, quando se vê em apuro clama pela polícia.

[Aplausos].

Eu, minhas emoções eu tenho... orgulho não, satisfação de dizer que eu tenho um filho meu caçula, Mailson, está na Polícia Militar de Pernambuco. Mas, eu disse para ele, como pai: Mailson, você está na Polícia Militar de Pernambuco, meus parabéns! É um emprego! Agora não queira se exibir por conta de uma farda e de uma arma, não bata na cara de ninguém, não desmoralize ninguém, agora cumpra a lei, deixe os outros bater mas você não, cumpra a lei!



Agora, arma dele ninguém tira. Até porque a atividade que ele exerce, ninguém tira é um direito dele, ok? E chega para meu conhecimento, que ele mora em Recife, ele destaca em Recife. Ele não gosta de ir fardado para o quartel, porque lá tem uma área para quem quiser trocar a farda. Então ele vai para casa, e volta para casa à paisana. E, por fim, quero agradecer a todos. Muito obrigado e parabenizar a todos aqui! [Aplausos].

Devagarzinho... vai...

>> Eu peço a exibição de um vídeo sobre o tema, aqui tratado, para a gente finalizar aqui o... a audiência pública.

>> Diferenças que ainda existem entre homens e mulheres na política. Na prática, na participação, no tratamento, na representatividade.

>> Eu vou criar 10 novas escolas.

>> Está precisando, hein.

>> Vou criar novas 10 escolas.

>> Uau, incrível!

E como você vai por isso em prática?

>> O novo é muito bonitinho, não tem perfil para ser política.

>> Novo e bem apresentado esse vai se dar bem na política.

>> Como eu já tinha apresentado essa política pública vai fazer a diferença.

>> Como eu já disse, essa política pública vai ser diferencial.

>> Genial.

>> Tem ideias inéditas.

>> Vota essa para cumprir cota de gênero. Depois vê o que faz.

>> Nossa missão é... eleger esse cara.

>> Se você der esse golpe na assembleia vão atrás de você.

Queridíssimo Deputado eu gostaria de pedir que reconsiderasse o seu voto na assembleia, por favor.

Agradeço desde já.

[Som de urna].

>> Ficamos muito felizes em aproximar o Tribunal da população e mais felizes ainda de verificarmos tantos homens presentes na plateia. É chegada a hora de, mais importante, que e agradecer. Agradecer ao nosso Presidente por nos dar totais condições para o evento. Agradecer a ouvidora da mulher do TRE, Desembargadora Karina Aragão.

Agradecer a AESGA, que nos deu espaço e estrutura para estarmos aqui. Muito obrigado, eu faço nas pessoas da Dra. Adriana Carvalho e do Prefeito Sinval adubo in, muito obrigado.



Agradecer ao Presidente da OAB Garanhuns, Dr. Jorge Gonzales e a vice Presidenta Dra. Ieda Coelho. Ao Ministério Público, Dra. Lizandra Carvalho e Dr. Francisco Liceu Barros, ao juízes eleitorais, Dra. Zélia Pereira de Mello e Dr. Milton Araújo. Aos partidos políticos cujas presenças e ausências também serão anotadas em livro próprio do Tribunal. Aos servidores do TRE, hoje eu faço em nome de Gabrielle Severino que foi abraçada por essa belíssima cidade, ama a cidade embora não seja daqui, ao mesmo tempo, é. Agradecer ao Dr. Jorge Wellington, que mesmo sendo obrigado a se retirar, ele honra qualquer mesa. Percebi aqui Dr. Paulo Couto, advogado com muitos serviços prestados à sociedade. Receba o meu abraço, Paulo. Ao Coronel Campos, comandante do batalhão de Garanhuns, a fun ni Bernal, vereadora da cidade, a... Jorge, não o vejo mais aqui, Alves de Noronha, diretor da associação municipal, da associação militância cores da resistência. Agradecer a Magda, vereadora Magda Alves de Mello, ali presente. Presidente da comissão permanente dos direitos da mulher. Fernanda Limão, vereadora do município. Agradecer a Marília Ferro que estava aqui até agora há pouco. Vereadora também. Paulo Roberto Tenório, integrante de partido político. Carla Miranda também se retirou, integrante da associação militância cores da resistência e, finalmente, ao senhor Quirino dos Santos, que trouxe contribuições importantes à audiência pública. Muito obrigado. Enfim, agradecer a todas as Senhoras e senhores e eu passo a palavra ao nosso Presidente para o encerramento. Muito obrigado.

[Aplausos].

>> [Desembargador Presidente TRE]: Boa noite a todos e declaro encerrada a sessão.

[Aplausos].